ARCHEION ONLINE
ISSN 2318-6186

A inserção da disciplina de tipologia documental como uma necessidade para os cursos de arquivologia do Brasil[1]

Vitor Hugo Teixeira Araújo
Graduando em Arquivologia pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).
E-mail: *vitorhugo-teixeira@hotmail.com.*
Lattes: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4670215P9

Igor Vinícius Pinto de Sales
Graduando em Arquivologia pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).
E-mail: *igor.vps@hotmail.com*
Lattes: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K8997558Z2

Esmeralda Porfírio de Sales
Professora do Curso de graduação em Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).
E-mail: esmelsalles@gmail.com
Lattes: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4791326Z8

Resumo

O presente trabalho apresenta uma análise da compreensão de estudantes acerca de Tipologia Documental a partir da sua abordagem no ensino de Arquivologia. Fundamentada em especialistas em Tipologia Documental, a pesquisa exploratória se deu através de três processos: da aplicação de um questionário a estudantes; da análise das ementas da disciplina de Diplomática dos cursos de Arquivologia nas Universidades Estadual e Federal da Paraíba para a identificação da abordagem de Tipologia Documental no ensino; e da análise das matrizes curriculares dos 17 cursos de graduação em Arquivologia do país para a constatação da existência das disciplinas de Diplomática e de Tipologia Documental. Os dados apontam para um déficit do ensino de Tipologia Documental na maioria das universidades, o que sugere certa deficiência na compreensão dos estudantes acerca dessa temática. Indicou-se, portanto, a viabilidade da criação de uma disciplina obrigatória que aborde exclusivamente o ensino dessa temática logo no primeiro ano do curso e fomentou-se a criação de glossários de espécies e tipos documentais para os diferentes contextos de tratamento documental existentes, para servirem aos estudantes, professores, arquivistas, pesquisadores e usuários.

Palavras-chave: Diplomática**.** Ensino de Arquivologia no Brasil. Tipologia Documental. Glossário de Espécies e Tipos Documentais.

[1] Versão atualizada e ampliada do artigo oriundo da apresentação no VIII Seminário de Saberes Arquivísticos (SESA), realizado em agosto de 2017 pela UEPB e UFPB.

(cc) BY-NC-ND

1 INTRODUÇÃO

É amplamente difundida na academia a concepção de que o arquivista se caracteriza também enquanto pesquisador e que, por isso, durante toda a sua trajetória de atuação, deve buscar manter-se familiarizado à literatura para melhor desenvolver suas atividades cotidianas. Corroborando com tal afirmação, acredita-se também ser prudente a busca e a oferta da máxima assimilação de conhecimentos por esse profissional já no período de sua formação. É sob essa ótica, preocupando-se com o constante avanço do ensino de Arquivologia, que se desenvolve a presente pesquisa.

O estudo de Tipologia Documental nos cursos de Arquivologia do Brasil, que possibilita o reconhecimento dos diferentes tipos documentais, tem sido especialmente abordado na disciplina de Diplomática, esta que é originalmente encarregada do estudo formal do documento e tem como objeto a sua configuração interna, a observação jurídica de sua estrutura com vistas a comprovar a sua autenticidade (BELLOTTO, 2008).

Por esse caráter restritivo da Diplomática de analisar o documento individualmente, a necessidade da inserção de uma abordagem que refletisse as relações do documento com o seu contexto de produção, considerando-os dentro das suas respectivas séries arquivísticas por corresponderem a uma mesma atividade, fez com que se instituísse o termo "Diplomática Contemporânea", que se equipara a "Tipologia Documental" e aborda, inclusive, a análise de documentos produzidos e acumulados em ambiente digital. Heredia Herrera (1985) chega a sugerir certa proeminência da Tipologia Documental sobre a Diplomática, caso o enfoque da abordagem seja a teoria arquivística. A autora menciona ainda que a Tipologia, por suas características intrínsecas, concede uma maior importância ao procedimento administrativo, por dar relevância ao conjunto orgânico no qual o documento se situa.

É bem verdade que essa renovação por que passou a Diplomática possibilitou o estudo acerca da organicidade dos conjuntos documentais e de suas relações com o seu contexto de produção nas instituições, além de preservar as discussões e atividades originais da disciplina. Entretanto, diante das particularidades de cada tipo documental e de suas diferentes funções e das diversas possibilidades de ambientes de sua

(cc) BY-NC-ND

tramitação, a sua abordagem dentro de uma outra disciplina, com a carga horária em que é ofertada atualmente nas universidades, seria suficiente para a completa compreensão dos estudantes?

Lançada essa questão, a pesquisa foi realizada acreditando-se na hipótese de que a maioria dos estudantes iniciais de Arquivologia, principalmente os mais jovens, que nunca ou pouco tiveram contato com documentos de uso institucional – e até mesmo muitos já em estágios avançados do curso – não possuam o grau necessário de compreensão acerca dos tipos documentais, objeto cujo domínio é imprescindível para a correta atuação profissional, já que

> a identificação de tipos documentais constitui a base do trabalho arquivístico. São os tipos que formam as séries, e reconhecê-los é condição para que se recupere a lógica que subjaz à acumulação de documentos de toda e qualquer instituição. (SILVA, 2014, p. 5).

O fato é que, desde o início da graduação, na maioria dos cursos de Arquivologia, os temas centrais do fazer arquivístico (classificação, avaliação e descrição de documentos) são apresentados aos estudantes sem que antes estes tenham assimilado o mínimo de conhecimentos sobre a variedade dos tipos documentais e suas particularidades, sendo que, como reforça Bellotto (2008) em seu livro Diplomática e Tipologia Documental em Arquivos, a compreensão das metodologias e da aplicação da análise tipológica, como semelhantemente à análise diplomática, é obviamente útil para a concretização dessas tarefas arquivísticas básica. Percebe-se, então, que a metodologia atualmente adotada para o ensino acaba por comprometer uma absorção satisfatória de todo o restante do conteúdo do curso pelos estudantes, como em comparação à situação de uma criança que estivesse tentando subir uma escada sem obedecer à sequência natural dos degraus.

Assim sendo, buscou-se, com a investigação, prestar uma contribuição à Arquivologia, ao abordar um de seus temas basilares que, apesar disso, ainda é pouco discutido com a devida ênfase na academia e buscou-se, principalmente, beneficiar os estudantes iniciais dessa ciência, a partir do estímulo para a tomada de medidas pelos setores cabíveis para o avanço do ensino, o que contribuirá naturalmente para a sociedade, com a atuação desses futuros profissionais, pela consequente facilitação da

recuperação das informações contidas nos arquivos para a sua disponibilização aos usuários, o que constitui a finalidade do arquivista.

2 TIPOS DOCUMENTAIS: PARTICULARIDADES DE CONTEÚDOS E FUNÇÕES

Cada tipo documental possui uma razão de ser específica e esse preceito é revelado em seu conteúdo. Por essa razão,

> O processo de organização e disseminação da informação arquivística não pode prescindir do conhecimento das competências e das atividades das entidades produtoras/acumuladoras dos documentos. Só assim é possível entender o porquê da escolha das tipologias documentais adequadas para comprovar aquelas competências, funções e atividades. (BELLOTTO, 2008, p. 3-4).

Como apontado, requer-se que as atividades e competências que determinam a produção documental nas instituições, que constituem os fundos documentais, sejam assimiladas pelos arquivistas e estagiários – estudantes – que nelas atuam. Vale salientar que, para os estudantes, a assimilação desses conhecimentos mediante o ensino possui caráter ainda mais urgente, tendo em vista que a maioria das instituições que os selecionam para estagiar, lamentavelmente, por uma série de questões que não compõem o escopo desta pesquisa, não dispõem ainda de arquivistas para lhes prestarem as devidas orientações, caracterizando-os, assim, como os colaboradores mais instruídos desses ambientes.

Nesse contexto, os documentos de arquivo podem possuir **valor primário** (atribuído considerando-se sua utilidade para a entidade produtora) e/ou **valor secundário** (atribuído de acordo com o interesse que possa ter para diferentes tipos de usuários, para fins além do administrativo – valor histórico, de prova, informação etc.). Desse modo, eles podem ser classificados em diferentes categorias, de acordo com as suas características: quanto à **forma**, que corresponde ao seu estágio de preparação e transmissão (se ele é pré-original – rascunho ou minuta –, original ou pós-original – cópia idêntica); quanto à **natureza** do assunto abordado (ostensiva – quando a divulgação do documento é irrestrita por não oferecer riscos à organização –, ou sigilosa – quando se restringe o acesso com vistas a evitar impactos, danos e/ou riscos para a

organização); quanto ao **gênero**, que corresponde à configuração física que o documento assume de acordo com o sistema de signos utilizados na comunicação do seu conteúdo (textual, iconográfico, filmográfico, sonoro, digital e outros.); quanto ao **suporte**, que corresponde ao material em que são registradas as informações (papel, papiro, documento digital) quanto ao **formato**, que corresponde à configuração física do suporte, de acordo com a natureza e o modo como foi confeccionado (livro, ficha, pergaminho etc.); quanto à **espécie**, que corresponde à configuração que o documento assume de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas (relatório, certidão, declaração e outros); e quanto ao **tipo documental**, que corresponde à configuração que a espécie documental assume de acordo com a atividade que a gerou (certidão de nascimento, declaração de imposto de renda, boletim de ocorrência e outros). (CAMARGO; BELLOTTO, 1996).

Sabe-se que cada espécie documental é produzida baseando-se em uma atividade/função administrativa de seu criador. É com o acréscimo dessa atividade/função que a espécie passa a se constituir enquanto tipo documental. Sua nomenclatura corresponde sempre a essa junção de espécie e atividade: a espécie **requerimento**, por exemplo, torna-se tipo documental quando lhe é atribuída a atividade para a qual foi criada, que pode ser **de aposentadoria, de férias, de seguro desemprego,** entre outros.

Desse modo, estabeleça-se a relação da Diplomática com a Tipologia Documental: enquanto a primeira trata da configuração interna do documento, dando atenção à unidade documental, a segunda considera esta unidade como sendo integrante de um conjunto documental acumulado organicamente. Bellotto (2002) acrescenta que o objeto da Tipologia é a lógica orgânica dos conjuntos documentais, ou seja, a acumulação de documentos que ocorre naturalmente no cotidiano das organizações. Para a autora, a Tipologia pode ser chamada de Diplomática Arquivística ou Contemporânea quando atende o quanto o objeto e os objetivos de ambas possam ser amalgamados.

Como relatado pela pesquisadora Maria Celina Soares de Mello e Silva na publicação do Glossário de Espécies e Tipos Documentais em Arquivos de Laboratório, há ainda uma massa de tipos documentais a ser explorada pelos arquivistas e tal

conhecimento poderia contribuir significativamente às atividades por eles desenvolvidas (SILVA, 2014).

> o conhecimento dos tipos de documentos [...] é de fundamental importância para os arquivistas, que terão mais conhecimento para embasar as decisões de avaliação, seleção, classificação, descrição e destinação dos documentos. (SILVA, 2014, p. 9).

Facilitando a realização dessas atividades pelo conhecimento dos tipos documentais, "a gestão documental contribui decisivamente para atender às demandas da sociedade contemporânea por transparência [...] e acesso rápido às informações". (BERNARDES; DELATORRE, 2008, p. 6). Seguindo essa mesma linha de pensamento, Souza (2008) propõe que a identificação dos tipos documentais faça parte do trabalho das funções, atividades e tarefas da organização e Lopes (2009) assegura que o levantamento dos tipos documentais, "começando na fase do diagnóstico, continuará ao longo da execução do trabalho". (LOPES 2009, p.205).

Ademais, uma medida extremamente útil tomada por algumas instituições brasileiras e estrangeiras para o auxílio de seus profissionais e usuários da informação na identificação dos documentos é a criação de glossários, como é o caso do Glossário de Espécies e Tipos Documentais em Arquivos de Laboratório, elaborado pelo Arquivo de História da Ciência do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), no Rio de Janeiro, do Glossário de Espécies/Formatos e Tipos Documentais da Universidade de São Paulo (USP) e, ainda, do Manual de Tipologia Documental do Arquivo Municipal de Campo Belo, em Minas Gerais. Esses instrumentos de gestão, oportunos para a facilitação da identificação e do entendimento das séries, conjuntos e espécies documentais de suas respectivas áreas, são elaborados com base na reunião e padronização dos termos adotados para os tipos documentais produzidos, recebidos e acumulados nessas instituições e as suas definições são disponibilizadas quase sempre por meio de tabelas e quadros de fácil interpretação, contendo poucas colunas, em que a primeira pode conter a nomenclatura da espécie/formato, a segunda trazer a sua definição e a última citar os tipos documentais possíveis, como elaborou o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.

Dada a eficácia desses glossários como instrumentos de auxílio incontestável, é importante reconhecer que, mesmo cientes do árduo e perdurável trabalho que tal

investida exigiria, pensava-se serem viáveis todos os esforços, por quaisquer pesquisadores a quem despertasse o interesse, para a criação de um chamado "Glossário Brasileiro de Espécies e Tipos Documentais", que seria possibilitada a partir da reunião dos glossários já existentes e da padronização das terminologias neles adotadas, aliadas ao levantamento de todos os demais tipos documentais dos diversos contextos do tratamento documental existentes no Brasil. À ótica inicial da investigação, o "Glossário Brasileiro de Espécies e Tipos Documentais", após a sua disponibilização ao acesso público via internet, se caracterizaria como fonte de pesquisa singular para estudantes, professores, profissionais, pesquisadores e usuários da informação de todo o país, ultrapassando as fronteiras da Arquivologia e atuando diretamente para a assistência à sociedade.

Entretanto, para além da aspiração dos pesquisadores, cabe às circunstâncias determinar as possibilidades de concretização dos atos. Bellotto esclarece que

> uma listagem de tipos documentais, e não de espécies, na qual se pretendesse abarcar os universos jurídico, administrativo e notarial, seria impossível. Isso porque, levando-se em conta que tipo documental é a configuração que assume a espécie documental de acordo com a atividade que a gerou, sua fixação é complexa e pontual. **Só é viável a construção de glossários de tipos documentais específicos.** (BELLOTTO, 2008, p. 73, grifo nosso).

Para a autora, a uniformidade de atribuições, competências e funções que ocorre no âmbito de cada área específica das várias esferas da sociedade é que permitirá a construção de seus respectivos glossários, isso porque, como explicado no âmbito dos estudos de linguagem, cada enunciado particular é de origem individual e, além disso, cada esfera de utilização da língua elabora os seus **tipos relativamente estáveis** de enunciados, os quais Bakhtin (2016) denomina de **Gêneros do Discurso**. Dessa forma, não seria útil para os usuários da informação da esfera da medicina, por exemplo, consultar um glossário recheado também de definições referentes às centenas de tipos documentais utilizados pela esfera do direito e de todas as demais áreas.

Apesar do exposto, sabe-se também que "o levantamento de espécies e tipos documentais e a consolidação em glossários ainda não se tornaram uma atividade regular para arquivistas, especialmente no Brasil". (SILVA, 2014, p. 13). Cabe a cada um,

pois, assumir esse compromisso e incentivar os profissionais a tomarem tais iniciativas para esse importante empreendimento em seus devidos campos de trabalho.

3 METODOLOGIA DO LEVANTAMENTO DE DADOS

Realizada no primeiro semestre de 2017, a exploração que visou conhecer o panorama da compreensão dos estudantes acerca de tipos documentais foi realizada a partir de três processos: 1) da aplicação de um questionário a estudantes no universo dos diferentes períodos dos cursos de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), em seu Campus V, e da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em seu Campus I, ambos situados em João Pessoa; 2) da observação das estruturas curriculares dos 17 cursos de Arquivologia do país; e 3) da análise das ementas das disciplinas de Diplomática nos cursos paraibanos.

A aplicação do questionário, que foi desenvolvido com questões abertas e fechadas e planejado numa divisão em dois módulos, se deu mediante um recorte de, em média, quatro estudantes por turma, totalizando aproximadamente 65 amostras. O seu primeiro módulo foi dedicado ao conhecimento sobre o perfil do estudante, contendo quesitos como idade, período cursado, se o mesmo já estagiou e/ou trabalhou diretamente com a produção e o uso de documentos, em qual(ais) instituição(ões) e por quanto tempo; o segundo módulo tratou de questões específicas referentes a tipos documentais escolhidos aleatoriamente, tendo em vista a diversidade de contextos de tratamento documental nas diferentes instituições e, consequentemente, em seus arquivos. Perguntava-se aí, por exemplo, sobre qual(ais) disciplina(s) lhes havia(m) apresentado a temática até então, sobre os itens que compõem o dossiê de servidor, em que tipo de organização é produzido o processo de licitação e a finalidade do contrato de locação de imóveis.

Nesse sentido, a não exigência da identificação dos estudantes no questionário foi útil para que eles se sentissem à vontade para discorrer sobre o conteúdo, já que nenhuma avaliação lhes seria atribuída diretamente. A interpretação e a avaliação das suas respostas foram realizadas tomando-se como parâmetro respostas disponibilizadas por alguns professores do curso.

Destarte, a observação das estruturas curriculares dos dezessete Cursos de Graduação em Arquivologia do país foi realizada para possibilitar a identificação da existência das disciplinas de Diplomática e de Tipologia Documental, o conhecimento de sua carga horária e para detectar se as mesmas são ofertadas como obrigatórias ou optativas/eletivas, mediante os acessos aos seus respectivos endereços eletrônicos, reunidos no site do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). Quando o site de determinado curso não disponibilizou as informações desejadas, buscou-se o contato direto com alguns de seus estudantes, via redes sociais, e/ou com a coordenação do referido curso, via e-mail.

Já a análise das ementas das disciplinas de Diplomática dos Cursos de Bacharelado em Arquivologia nas duas universidades paraibanas se deu pelo contato direto com as Coordenações dos Cursos e com as professoras que lecionam a disciplina, com vistas a identificar a sua abordagem do ensino de Tipologia Documental.

Nessa perspectiva, a pesquisa se caracteriza enquanto exploratória e de cunho prático, tendo a análise dos dados sido realizada a partir de uma ótica quanti-qualitativa, oportunizada após a elaboração de um quadro do panorama do ensino de Diplomática e Tipologia Documental nos cursos superiores de Arquivologia do Brasil.

4 A (IN)COMPREENSÃO DE TIPOLOGIA DOCUMENTAL PELOS ESTUDANTES DE ARQUIVOLOGIA

Com base nos dados obtidos pela aplicação do questionário aos estudantes de Arquivologia na UEPB e na UFPB e comparando as suas respostas àquelas fornecidas por professores do curso, obtiveram-se os seguintes resultados e discussões:

a) Constatou-se que ambas as universidades, em alguns componentes curriculares, apresentam breves abordagens sobre Tipologia Documental: no primeiro ano do curso, nas disciplinas de Fundamentos Arquivísticos (ofertada pela UEPB no primeiro período) e Fundamentos da Arquivística (ofertada pela UFPB no segundo período) e, mais tarde, no quarto período, em ambos os cursos, na disciplina Avaliação e Seleção de Documentos.

(cc) BY-NC-ND

b) Notou-se que estudantes que possuem alguma experiência no tocante à produção e ao uso de documentos em instituições demonstraram, em suas respostas, certa vantagem sobre os que nunca atuaram nesse sentido.

c) Percebeu-se que as respostas mais satisfatórias, em sua maioria, foram advindas de estudantes situados no quinto período em diante. Todavia, nota-se que as instituições geralmente selecionam estagiários já a partir do terceiro período do curso. Ademais, as melhores respostas vieram de estudantes que já estagiaram ou que estão estagiando, quando o ideal seria a introdução do estudante no estágio já com o seu arcabouço teórico alcançado, ao invés de ter que se limitar ao ingresso no mercado profissional - ainda que a finalidade imediata do estágio seja a aquisição de experiência - para só então conquistar tais subsídios. Se fosse assim, se o aprendizado acerca dos tipos documentais, que são a base do trabalho arquivístico, dependesse apenas da prática, poderiam até profissionais de outras áreas desenvolverem as atividades que são de competência do arquivista.

d) Inferiu-se que a idade dos estudantes, diferentemente do que se acreditava na fase inicial da pesquisa, não possui uma relação direta com a sua compreensão: estudantes das mais diversas faixas etárias, entre os 18 e os 63 anos, demonstraram certa incompreensão quanto às finalidades, os ambientes de produção e a disposição das informações nos tipos documentais presentes no questionário.

e) Verificou-se que nenhum estudante apresentou respostas satisfatórias, quando levado em consideração o questionário como um todo, o que evidencia a necessidade de uma maior ênfase do ensino sobre os tipos documentais.

Considerando-se a identificação do panorama geral do ensino de Diplomática e Tipologia Documental no Brasil a partir da análise das matrizes curriculares dos cursos, gerou-se o seguinte quadro:

Quadro 1: Ensino de Diplomática e Tipologia Documental nos Cursos Superiores de Arquivologia do Brasil (2017)

INSTITUIÇÃO		ANO DA CRIAÇÃO DO CURSO	DIPLOMÁTICA		TIPOLOGIA DOCUMENTAL		DIPLOMÁTICA E TIPOLOGIA DOCUMENTAL (MESMA DISCIPLINA)
			OB	EL	OB	EL	
1	UNIRIO	1973	X	-	-	-	-
2	UFSM	1976	X	-	-	-	-
3	UFF	1978	X	-	-	-	-
4	UnB	1990	X	-	X	-	X
5	UFBA	1997	X	-	X	-	-
6	UEL	1997	X	-	X	-	X
7	UFES	1999	-	X	-	-	-
8	UFRGS	1999	X	-	-	-	-
9	UNESP	2003	X	-	-	-	-
10	UEPB	2006	X	-	-	-	-
11	UFPB	2008	-	X	-	-	-
12	FURG	2008	X	-	-	-	-
13	UFAM	2008	X	-	-	-	-
14	UFMG	2008	X	-	-	-	-
15	UFSC	2009	X	-	-	-	-
16	UFPA	2012	X	-	X	-	X
17	UNIFAI	2015	X	-	-	-	-
LEGENDAS:		**OB** = disciplina obrigatória; **EL** = disciplina eletiva; **X** = existência da disciplina; **-** = inexistência da disciplina.					

Fonte: Araújo, Sales e Sales(2017).

De acordo com o Quadro 1, constatou-se que:

1) A disciplina Diplomática, específica dos cursos de Arquivologia, é ofertada em todos os dezessete Cursos de Arquivologia criados no Brasil, sendo que em apenas dois cursos a temática é ofertada no leque das disciplinas eletivas. Nesse aspecto, discorda-se que a disciplina diplomática seja inserida como eletiva, ou seja, escolhida ou não pelo estudante. Como destacado, trata-se de um conteúdo fundamental para a correta atuação arquivística, principalmente em sua abordagem contemporânea, que reflete, além da verificação da autenticidade dos documentos, a sua relação orgânica, refletindo também a estrutura organizacional da instituição produtora/acumuladora.
2) Somente quatro cursos ofertam, em suas estruturas curriculares, a disciplina Tipologia Documental e apenas no Curso de Arquivologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), o ensino da disciplina se dá separado ao de

(cc) BY-NC-ND

Diplomática, o que representa, em números, apenas 5,88% da realidade brasileira. Além disso, na UFBA o ensino de Diplomática é ofertado um semestre anteriormente ao de Tipologia Documental.

No tocante à análise aplicada às ementas da disciplina de Diplomática nos cursos de Arquivologia da UEPB e da UFPB – nessa última, onde a disciplina é eletiva, como em dado apontado no quadro –, vê-se que, em ambas as instituições, há a preocupação com a menção de "tipos documentais e suas características" (não se sabe, por não ser um objetivo desta pesquisa no presente momento, se tanto quanto nas instituições em que o nome da disciplina é composto pelas duas áreas de estudo, como é o caso da Universidade de Brasília (UnB), da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e da Universidade Federal do Pará (UFPA)).

Contudo, os resultados da aplicação do questionário, ao apontarem a carência dos estudantes quanto à compreensão das características dos tipos documentais, comprovam a urgência de uma maior atenção a esse ensino, que poderia ser dada, por exemplo, com as atividades de análise tipológica de documentos, atualmente estudada nos cursos paraibanos somente a partir do quarto período, em abordagem realizada pela disciplina de Avaliação e Seleção de Documentos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas lacunas observadas na compreensão dos estudantes avaliados e com base na expressiva ausência do ensino de Tipologia Documental nos cursos de Arquivologia do Brasil, podemos concluir que, de modo geral, essa abordagem tem sido insuficiente, tendo em vista a sua importância para o desempenho das competências dos indivíduos não apenas em sua atuação profissional, mas também durante a sua formação, como subsídio para a compreensão das demais temáticas abordadas durante o curso.

Assim, uma medida julgada bastante eficaz, a ser adotada pelos órgãos encarregados da atualização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), nas respectivas universidades, seria a inclusão da disciplina obrigatória de Tipologia Documental nas matrizes curriculares dos cursos, como já existente na UFBA, e que esse ensino fosse ofertado no primeiro ano do curso, para que a abordagem dos temas

centrais do fazer arquivístico, já citados anteriormente, se dê somente posteriormente à obtenção da devida compreensão dos estudantes acerca dos tipos documentais e de suas peculiaridades referentes à estrutura, ao conteúdo, às funções e aos seus respectivos ambientes de produção, uso e acumulação.

Quanto à investigação aplicada às matrizes curriculares dos 17 cursos de graduação em Arquivologia do país, atente-se ainda para os seguintes aspectos:

a) Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a matrícula do estudante na disciplina de estágio obrigatório, no sexto período do curso, e na de Conclusão de Curso, ofertada nos sétimo e oitavo períodos, tem como requisito a disciplina de Diplomática, ofertada no quarto período, o que vemos como um ponto bastante positivo, dada a indispensabilidade do seu conteúdo.

b) Na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e na UFBA, o conteúdo de Diplomática é ofertado junto ao de Paleografia (disciplina dedicada ao estudo da origem, da forma e da evolução da escrita baseando-se em textos manuscritos antigos), na disciplina de Paleografia e Diplomática, em ambos os cursos com a carga horária de 90 horas.

c) Na Universidade Federal Fluminense (UFF), o ensino de Diplomática é ofertado em duas disciplinas: Diplomática I, no quinto período, e Diplomática II, no sexto período do curso, possuindo, cada uma, a carga horária de 60 horas. Abre-se aqui o caminho para uma nova investigação: com uma carga horária total de 120 horas, ou seja, acima da média, o que aborda o ensino dessa disciplina na instituição? Será que, diferentemente do que se acredita ocorrer nas demais universidades, na UFF o conteúdo de Tipologia Documental é devidamente trabalhado entre os estudantes, de maneira que estes alcancem um nível de compreensão efetivamente satisfatório? É com essa inquietação que se encerra, por enquanto, o presente estudo.

The insertion of the discipline of documentary typology as a necessity for the courses of archivology of Brazil

Abstract

This search presents an analysis of the understanding of students about Documentary Typology from their approach in teaching Archivology. Based on specialists in Documentary Typology, an exploratory survey has been given through three processes: from applying a questionnaire to students; Analysis of the Diplomatic disciplines of Archivology course in the state and federal universities of Paraíba for identifying the Documentary Typology approach in teaching; and the analysis of the curricular matrices of the 17 undergraduate courses in Archivology of the country for the verification of the existence of the disciplines of Diplomatic and Documentary Typology. The data points to a deficit of the teaching of Documentary Typology at most universities, which suggests a certain disability in the understanding of students about the this thematic. It was indicated a feasibility of the creation of a required discipline which exclusively addresses this thematic right in the first year of the course, and fostered a creation of glossaries of species and documentary types for the different contexts of treatment existing documentation, to serve students, teachers, archivists, researchers and users.

Keywords: *Teaching of Archivology in Brazil. Documentary Typology. Diplomatic. Glossary of Species and Documentary Types.*

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Vitor Hugo Teixeira; SALES, Igor Vinícius Pinto de; SALES, Esmeralda Porfírio de. Tipos Documentais: análise da compreensão dos estudantes de Arquivologia a partir do ensino. In: SEMINÁRIO DE SABERES ARQUIVÍSTICOS, 8., 2017, João Pessoa. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/viii/sesa/schedConf/presentations>. Acesso em: 15 set. 2017.

BAKHTIN, Mikhail. **Os Gêneros do discurso**. Organização, tradução, posfácio e notas: Paulo Bezerra; notas da edição russa: Serguei Botcharov. São Paulo: Editora 34, 2016.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e tipológica de documento de arquivo**. SP: APESP/Imprensa Oficial, 2002.

_____. **Diplomática e tipologia documental em arquivos**. Briquet de Lemos, 2008.

BERNARDES, Ieda Pimenta; DELATORRE, Hilda. **Gestão documental aplicada**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2008.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1996.

CONSELHO Nacional de Arquivos. **Cursos de Arquivologia no Brasil**. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/links/389-cursos-de-arquivologia-no-brasil.html>. Acesso em: 01 de maio 2017.

GLOSSÁRIO de espécies/formatos e tipos documentais da Universidade de São Paulo. Sistema de Arquivos da Universidade de São Paulo (SAUSP). 1997.

GLOSSÁRIO de espécies/formatos e tipos documentais produzidos pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://www.mprs.mp.br/temporalidade/glossario>. Acesso em: 07 de maio 2017.

HEREDIA HERRERA, Antônia. Diplomática y Archivística. In: **Archivistica general**: teoria y practa. Servilla, Diputavión Provincial, 1985.

LOPES, Luís Carlos. **A Nova Arquivística na Modernização Administrativa**. 2 ed. Brasília: Projecto Editorial, 2009.

RODRIGUES, Ana Célia. **Tipologia documental como parâmetro para gestão de documentos de arquivo:** um manual para o município de Campo Belo (MG). Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 2002.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e (org.). **Glossário de espécies e tipos documentais em arquivos de laboratório**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, Arquivo de História e Ciência, 2014.

SOUZA, Katia Isabelli Melo de. **Arquivista, visibilidade profissional**: formação, associativismo e mercado de trabalho. Brasília: Starprint, 2011

SOUZA, Renato Tarciso Babosa**. Arquivística Temas Contemporâneos**: classificação, preservação digital, gestão do conhecimento. 2 ed. Distrito Federal: SENAC, 2008.